

As consequências da misoginia sobre o discurso da mulher

The consequences of misogyny on women's discourse

Danielle Belo Lamarca¹

Ana Carolina Teixeira Lessa²

Recebido em 11 de novembro de 2025.

Aprovado em 02 de abril de 2026.

RESUMO

Analisando o percurso histórico das mulheres na sociedade, torna-se perceptível o controle exercido sobre seu comportamento, seja ou não por meio de agressão física. Diante dessa perspectiva, o presente estudo visa refletir acerca do feminino engendrado enquanto Outro e seus efeitos no discurso da mulher. Inicialmente, são apresentados cenários que evidenciam a política misógina associada ao corpo e à conduta das mulheres. Em seguida, a partir das contribuições de Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre o feminino e sua relação com o falo, ressalta-se a importância de compreender como sujeitos não totalmente inscritos na lógica fálica são admitidos socialmente. Por fim, são analisados dois casos recentes com ampla exposição midiática, o divórcio de Amber Heard e a opressão misógina sofrida por Simone Tebet durante uma CPI, a fim de ilustrar a relevância do recorte teórico na contemporaneidade. Conceber a mulher como uma diferença intolerável repercute não apenas no modo como será tratada, mas também em sua identidade, em seu poder e em sua representação perante a sociedade.

Palavras-chave: Psicanálise. Feminino. Misoginia.

ABSTRACT

Analyzing the historical trajectory of women in society, the control exerted over their behavior – whether through physical aggression or otherwise – becomes evident. From this perspective, the present study aims to reflect on the feminine as the Other and its effects on women's discourse. First, scenarios are presented that expose the misogynistic politics inscribed in women's bodies and conduct. Then, based on Freud and Lacan's contributions regarding the feminine and its relation to the phallus, we highlight the importance of understanding how subjects not fully inscribed in phallic logic are socially integrated. Finally, two recent cases with wide media exposure are used as examples - the divorce of Amber Heard and the misogynistic oppression suffered by Simone Tebet during a Parliamentary Commission of Inquiry - to illustrate the relevance of the theoretical approach in contemporary times. Conceiving women as an intolerable difference has repercussions not only on how they are treated, but also on their identity, agency, and representation in society.

Keywords: Psychoanalysis. Feminine. Misogyny.

¹Doutora em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida, Docente no Mestrado e Doutorado do Programa de Psicanálise na Universidade Veiga de Almeida, Docente da Graduação de Psicologia na Universidade Veiga de Almeida. E-mail: danielle.lamarca@uva.br.

² Graduada em Psicologia pela Universidade Veiga de Almeida, Pós-Graduada em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: lessa.anacarolina@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo desenvolve um ensaio teórico a partir da articulação conceitual entre Sigmund Freud e Jacques Lacan, especialmente a partir das formulações sobre o falo, o não-todo e o gozo Outro, analisando como o feminino é frequentemente situado, no discurso social, enquanto alteridade radical.

Por não corresponder aos parâmetros e anseios sociais firmados pela cultura, a mulher acaba tendo sua vivência patologizada e incompreendida. Ao romper com as expectativas sociais, o sexo feminino é assimilado como algo radicalmente diferente. Como consequência, sua existência tende a ser tolhida e seu discurso, deslegitimado, sob o argumento de que pessoas do sexo feminino seriam irracionais, descontroladas ou incapazes de saber o que dizem. A partir disso, a pesquisa propõe refletir sobre o feminino concebido enquanto o Outro absoluto, uma alteridade culturalmente intolerável e, por isso, depreciada, censurada e excluída.

Para ilustrar os modos contemporâneos de deslegitimação do feminino, foram analisados dois casos amplamente repercutidos no espaço público: o julgamento envolvendo a atriz Amber Heard e as tensões discursivas observadas durante a atuação da senadora Simone Tebet na CPI da Covid-19.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é analisar como a misoginia pode ser compreendida, à luz da psicanálise, não apenas como fenômeno histórico ou ideológico, mas como efeito de uma dificuldade estrutural do discurso em lidar com o feminino enquanto dimensão do não-todo. Parte-se da hipótese de que, ao escapar à lógica universalizante do falo, o feminino tende a ser alvo de mecanismos de deslegitimação, patologização e silenciamento no campo social.

DESENVOLVIMENTO

A mulher na sociedade

Para demonstrar a maneira como as mulheres são concebidas e tratadas pelo meio social, foram levantados alguns contextos e cenários que expõem a política misógina estabelecida para elas, desde bruxas caçadas e mortas no período da Inquisição até a referência a um modelo de feminilidade que deve ser passivo, suscetível à domesticação e à dominação, que perdura até os dias atuais em certos setores da sociedade. Tal processo de

degradação social provocou não somente a depreciação das mulheres enquanto trabalhadoras, como também as privou de sua autonomia em relação aos homens. Além de mudanças na lei e de um constante declínio de seus direitos, acreditava-se que a mulher era inferior ao homem e deveria ser colocada sob seu controle (Federici, 2017). Para elas, foram atribuídos o descontrole emocional, a luxúria, a incapacidade de se governar, a rebeldia, a insubordinação e os excessos.

Como consequência da caça às bruxas, mesmo com o advento da sociedade capitalista e a conseqüente transformação da ordem social, as marcas desse regime de terror ao feminino se fizeram presentes. Assim, a mulher moderna segue um modelo marcado pela passividade, obediência e castidade, dando origem a uma feminilidade assexuada, submissa e moral, subordinada ao homem. Não por acaso, todas essas manobras se mostram destinadas ao controle do comportamento das mulheres dentro de casa e na esfera pública, revelando um projeto que tinha por objetivo mantê-las sem autonomia e destituídas de poder social (Federici, 2017).

De forma oposta ao que pode parecer num primeiro momento, a violência contra o sexo feminino não desapareceu com o fim da Santa Inquisição, mas foi normalizada. A promiscuidade sexual feminina, entendida como doença mental, passou a ser punida com internações em hospitais psiquiátricos ou procedimentos de esterilização (Federici, 2019). Dessa maneira, a condição médica da histeria foi colocada em evidência na sociedade, e seu diagnóstico acabou por refletir as normas de gênero oriundas da época.

O feminino na teoria psicanalítica

Sempre reportada ao discurso dominante, ainda que se apresentando de maneiras diferentes, a histeria atravessou os séculos, de demoníaca e supostamente feiticeira na Idade Média a doente mental no nascimento da psiquiatria, permanecendo por muito tempo como uma condição estranha, na qual os sintomas eram considerados incoerentes ou incompreensíveis (Jorge; Travassos, 2021). Foi com o trabalho do neurologista Jean-Martin Charcot que a histérica, antes submetida ao descrédito, passou a ter o reconhecimento de que os fenômenos que acometiam seu corpo não eram mais interpretados como simulação. Embora os antigos considerassem a histeria uma patologia ligada ao útero e às funções genitais, exclusiva das mulheres, foi a influência de Charcot que favoreceu a passagem do diagnóstico de orgânico para psíquico (Ferreira; Motta, 2014).

Em *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), em parceria com Josef Breuer, Sigmund Freud sustentou que a causa da histeria estaria vinculada ao trauma psíquico decorrente de uma experiência sexual prematura que teria impactado o sujeito. Todavia, alguns anos depois (1906), ao discorrer sobre os mecanismos sintomáticos histéricos, ressaltou que estes não se transmitiam mais como derivados diretos de lembranças sexuais reprimidas da infância, pois, entre os sintomas e as impressões infantis, interpunham-se as fantasias do paciente.

Com a elucidação acerca da concepção dos traumas sexuais infantis, Freud constatou que o efeito patogênico de uma vivência estaria atrelado ao que se apresenta como intolerável para o Eu e às suas tentativas de defesa, resultando na cisão psíquica histérica. A partir do caso de Dora, o autor formulou a estrutura do sujeito e da histeria, composta por fantasias de desejo e atravessada pela bissexualidade fundamental, que se expressa na indagação sobre o que é ser homem ou mulher (Jorge; Travassos, 2021). Ademais, no escrito *Análise fragmentária de uma histeria* (1905 [1901]/2016, p.201), Freud já havia afirmado que:

[...] toda pessoa que, numa ocasião para a excitação sexual, tem sobretudo ou exclusivamente sensações desprazerosas, eu não hesitaria em considerar histérica, seja ela capaz de produzir sintomas somáticos ou não.

No fundamento da estrutura histérica há um questionamento sobre ser homem ou ser mulher, o que pode levar ao equívoco de se equivaler histeria ao gozo feminino. Ainda que a histeria não exclua a feminilidade, é necessário reconhecer que o gozo fálico corresponde à fantasia do sujeito neurótico, ao passo que o Outro gozo aponta para o indizível e para o infinito, estabelecendo-se, assim, uma diferença entre ser o falo e a posição da mulher.

Diante do embate impossível de dizer o que é ser uma mulher, a mulher busca ser o falo que não tem. A lógica histérica é construída na regra do todo fálico. Em contrapartida, por sua falta fálica, a mulher estaria mais próxima do real. Logo, o gozo feminino se posiciona em dois registros: o fálico, isto é, o gozo sexual, e o não-todo fálico, localizado no gozo Outro, sendo este último aquele que se confronta com a falta no Outro e que se apresenta como enigmático, pois está fora do significante, para além do falo, onde se situa o feminino (Belchior *et al.*, 2019).

Sigmund Freud (1933) aponta que masculino e feminino constituem a primeira distinção que se estabelece no encontro de um ser humano com o outro. Diferentemente do menino, que ao perceber a diferença genital inicialmente não demonstra grande interesse, a menina reconhece o pênis como visível e, ao perceber sua ausência, passa a desejá-lo. O reconhecimento da diferença anatômica entre os sexos forçaria a menina a se distanciar da masculinidade e a conduziria ao desenvolvimento da feminilidade (Freud, 1925).

Em *O que Lacan dizia das mulheres*, Colette Soler (2005) expõe que o Édipo freudiano se funda para explicar o tornar-se homem ou mulher. Para Freud, a mulher se distinguiria em três possíveis destinos, todos derivados da inveja do pênis, sendo apenas um deles associado à chamada feminilidade plena. Nesse sentido, nem todas as mulheres o seriam de fato. Tal formulação remete a uma feminilidade que não se reduz ao registro biológico ou jurídico. A mulher se constituiria a partir de sua posição de castrada, já que, ao se reconhecer privada do pênis, a menina torna-se mulher ao dirigir-se ao falo daquele que o possui.

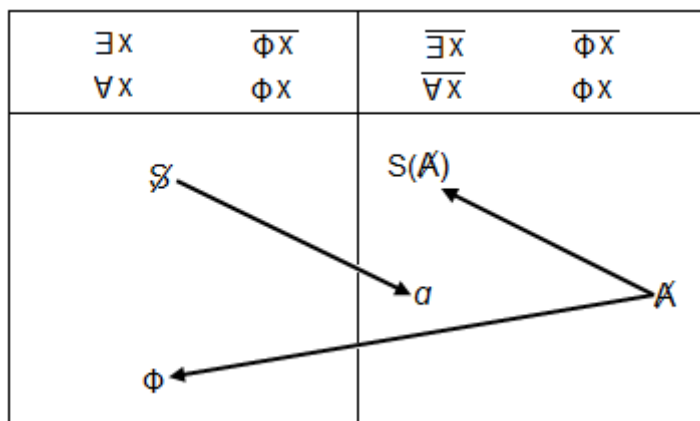
Contudo, ao formalizar o Édipo, Jacques Lacan (1972/2003, p.466) restringe seu alcance e localiza o que seria chamado de mulher em um além da lógica fálica. O autor reduz o mito à lógica da castração e acrescenta que haveria uma parcela de gozo que não passa pelo Um fálico, permanecendo no real, isto é, fora do simbólico (Soler, 2005). Dessa forma, abre-se a possibilidade de um sujeito que diz não à função fálica, demonstrando que:

[...] para se introduzir como metade a se dizer das mulheres, o sujeito se determina a partir de que, não existindo suspensão na função fálica, tudo possa dizer-se dela, mesmo que provenha do sem-razão. Mas trata-se de um todo fora de universo, que se lê de chofre a partir do quantificador, como *não-todo*. O sujeito, na metade em que se determina pelos quantificadores negados, vem de que nada existente constitui um limite da função, que não pode certificar-se de coisa alguma que seja de um universo. Assim, por se fundarem nessa metade, "elas" são *não-todas*, o que tem também como consequência (sic.), e pela mesma razão, que tampouco nenhuma delas é toda.

Com a retomada da divisão apresentada por Freud entre o ter e o não ter fálico, Jacques Lacan desenvolveu as fórmulas da sexuação, demarcando os contornos de uma teoria não imaginária e não naturalizada da diferença sexual, ao considerar que a castração é sempre efeito da linguagem. Na concepção lacaniana, a sexualidade humana opera a partir da ordem do simbólico para dar conta da inexistência de uma relação possível entre o lado masculino, de onde decorre o universal da função fálica fundada na exceção, e o lado

feminino, domínio do não-todo, que não comporta exceções à função fálica. Assim, as posições masculina e feminina são definidas pelo modo como o sujeito se inscreve na função lógica do falo (Miranda, 2017), como exemplificado por Lacan no quadro da sexuação.

Figura 1 – Quadro da sexuação de Lacan



Fonte: Lacan (1972-1973/1985, p.105).

As fórmulas da sexuação permitem a Jacques Lacan estabelecer as relações possíveis entre o todo e a existência. Ao abordar a partilha dos sexos pelo viés do gozo fálico e do gozo Outro, a teoria lacaniana apresenta uma outra lógica para pensar as diferenças entre os sexos, articulada à função que rege, para todos os seres falantes, uma perda de gozo denominada castração, na qual todos os castrados se situam no gozo fálico. Tal como o homem, as mulheres, uma a uma, estão no gozo fálico, visto que o ser não-todo na função fálica não significa não ser fálico, mas indica a existência de uma parte heterogênea que impede a constituição de um todo. Portanto, não se trata de um menos da lógica fálica que conduziria a mulher à inveja do pênis, mas de um suplemento ao qual ela teria acesso, algo que a ultrapassa (Miranda, 2017).

Jacques Lacan (1998) situa a mulher entre a ausência e a sensibilidade, dividida entre significante e gozo, isto é, entre uma parte atingível pela linguagem e outra que não o é. É justamente nessa dimensão que parte da metáfora paterna se mostra inoperante, sendo nesse registro não fálico que se compreende o feminino. Nesse sentido, toda significação oferecida à menina no processo de identificação torna-se menos definida, dificultando sua constituição identitária. Esse apelo se estende à figura materna como aquela que deveria tamponar a falta, mas não o faz. Assim, enquanto o homem se apresenta como portador de uma completude significante, a mulher aparece como mística, bruxa e perigosa.

Se é na ausência de limite ao universal que o feminino se inscreve, permitindo a experiência de um gozo excessivo não regulado pelo falo, a difamação das mulheres pode ser compreendida a partir da ideia de que há uma transgressão associada a esse excesso, impossível de ser inscrito na norma fálica (Teixeira, 2012). Enquanto os homens são limitados pela castração simbólica e pelo medo da perda do falo, às mulheres se coloca a possibilidade de um gozo Outro. Por se posicionarem para além das normas fálicas da cultura e da sociedade, o feminino se institui como alteridade em relação ao masculino, isto é, como o outro diferente.

Se, por um lado, o sujeito do inconsciente não possui uma identidade sexual previamente constituída, por outro, ele emerge da diferença. É a linguagem que marca o sujeito como falta-a-ser, instituindo uma identidade significativa de gozo e uma distinção sexual antes mesmo de sua localização no sexo. Assim, a distinção entre os sexos se centra no significante fálico, que aponta para a falta. Como significante daquilo que é faltoso, o falo barra o campo do Outro e se torna causa de gozo, circunscrevendo a impossibilidade de uma identidade sexual prévia. Por estar sempre onde não se encontra, o significante fálico não diz respeito a nenhum sexo. Nesse sentido, o sujeito se constitui no parecer ter ou ser o falo: o homem sustenta o semblante de tê-lo, enquanto a mulher faz semblante de não tê-lo, sendo sua alteridade definida em relação àquele que supostamente o detém (Miranda, 2017).

No percurso de sua obra, Jacques Lacan mostra que não há sujeito sem o outro. Ao articular o pequeno outro, o grande Outro, o objeto a e o Outro gozo, o autor diferencia o gozo para além do fálico, denominado Heteros. Esse Outro gozo, enigmático e “louco”, evidencia o feminino em uma lógica distinta da do Um e do todo, de modo que o não-todo caracteriza o Heteros e sua lógica de heteridade. Tal heteridade se define pela oposição ao poder da lei e das normas impostas pelo Um do significante-mestre da lógica fálica, sendo o Outro aquilo que, em relação ao instituído, se apresenta sempre como diferença (Quinet, 2012).

Com o intuito de barrar, conter ou eliminar o Outro gozo encarnado pelas mulheres, historicamente se produzem formas de violência e controle, frequentemente justificadas em nome de um poder estabelecido, da tradição ou da religião. Nesse sentido, práticas violentas podem ser compreendidas como tentativas de limitar esse gozo considerado estranho (Quinet, 2012). Ao se atribuir ao masculino a posição de Mesmo, o feminino é

situado como Outro sexo, destacando-se a alteridade em relação ao Um. Como indica Jacques-Alain Miller (2002 *apud* Teixeira, 2012, p.25):

[...] se o todo vale como Um e confere, a quem se inscreve neste *Um-niverso*, o valor de identidade do Mesmo [...], aquele que do Todo se encontra excluído se manifesta na forma da diferença inassimilável por suas regras de composição.

O Mesmo estaria designado ao reconhecimento esperado no universo do discurso, equivalendo ao “é isso mesmo” que o sujeito profere diante de algo que confirma sua expectativa, enquanto o Outro apontaria para fora do limite desse universo. Carregando consigo a abertura da alteridade no universo do todo, a mulher rompe com o encadeamento que sucumbiria à expectativa do Mesmo em todo exercício social de controle (Teixeira, 2012).

Colette Soler (2003) afirma que essas partes do “não-toda mulher” assinalam uma importante função, a do Outro absoluto. Por esse motivo, Jacques Lacan (1972-1973/1998) afirma que a mulher está mais próxima da ordem da criação justamente por essa ausência. Como suporte, pode-se pensar a mascarada feminina, cuja função seria auxiliar a mulher a se contornar com apetrechos fálicos que a ajudem em seu vir-a-ser. Nesse sentido, quando se afirma que “A mulher não existe”, não se trata de uma falta de subjetivação, mas de um campo frutífero para uma construção sempre em processo.

É por não haver para A Mulher um significante que a defina, por não ser possível falar das mulheres como um todo e pela impossibilidade lógica de coletivizá-las, que a sociedade acabou por estigmatizá-las como bruxas, histéricas, loucas, possuídas e outros adjetivos semelhantes (Miranda, 2017). Se é na ausência de limite ao universal que o feminino se coloca, a ação de difamar e invalidar as mulheres decorre da ideia de uma transgressão associada a um excesso impossível de ser inscrito na norma fálica. A alteridade feminina é, assim, deslocada para uma condição que posiciona as mulheres como o Outro em relação aos homens, resultando frequentemente em processos de discriminação e estigmatização.

Misoginia e deslegitimação do feminino na atualidade

Nesse sentido, o caso de Amber Heard se mostra como exemplo de tal problemática. A atriz, conhecida por seus trabalhos no cinema e na televisão, teve a vida pessoal exposta ao público após o término do relacionamento abusivo com o também ator Johnny Depp. O documentário *Depp v. Heard* (2023) faz uma recapitulação do debate

moral, bem como de tudo o que ocorreu no âmbito da corte e nas redes sociais ao longo do processo movido pelo ator em contestação à sua ex-esposa. A denúncia dos abusos e a repercussão do caso na vida de Johnny se transformaram em acusação por difamação contra Amber.

A atriz foi constantemente interpelada sobre as reais intenções no relacionamento, sobre a motivação para realizar tais acusações e até mesmo sobre seu modo de olhar para o júri, tendo sua conduta e ações questionadas a todo momento. Os advogados do ator, inclusive, contrataram uma especialista em saúde mental para avaliar psicologicamente Amber, por duvidarem de sua sinceridade, o que resultou nos diagnósticos de transtorno de personalidade borderline e transtorno de personalidade histriônica.

Conforme exposto, os desequilíbrios emocionais e os excessos historicamente são frequentemente imputados às mulheres. Para que certo controle social seja exercido sobre esse corpo que excede e sobre comportamentos que não se submetem à padronização, a patologização das experiências femininas torna-se um recurso de limitação da existência da mulher. Ao romper com o sistema e com a norma esperada, muitas mulheres foram e continuam sendo classificadas como “loucas”. Atribuir à mulher o rótulo de louca e instável marca a diferença produzida pela cultura e pela sociedade em relação ao sujeito inscrito para além da norma fálica.

Quanto às mulheres, Jacques Lacan (1973/2003, p.538) afirmou que:

[...] o universal do que elas desejam é a loucura: todas as mulheres são loucas, como se diz [...] por isso mesmo que não são todas, isto é, não loucas-de-todo”, não para patologizar o feminino, mas para indicar o modo como a cultura – regida pela lógica fálica – percebe aquilo que lhe escapa.

Atribuir um diagnóstico psiquiátrico a Amber Heard como forma de invalidar ou minimizar suas reivindicações reforça a violência que muitas mulheres ainda enfrentam atualmente. Análogo ao entendimento que se tinha da histórica como enganadora e ao descrédito conferido às suas falas, o caso em questão ilustra que, mesmo na contemporaneidade, questões semelhantes referentes ao feminino continuam sendo colocadas à prova. Espelhado no movimento feminista das décadas de 1920 e 1930, a primazia sobre a questão fálica passou a ser questionada, gerando intensas discussões sobre o ser-feminino.

Para Jacques Lacan (1957-1958), esse momento não passou de uma querela fálica, isto é, uma reivindicação de que A Mulher pudesse ser definida e ordenada por

significantes fálicos. No entanto, o olhar lacaniano evidencia a impossibilidade de sustentar a feminilidade nesses termos, justamente por tomá-la como algo não totalmente redutível ao fálico, implicando dimensões do ser que escapam à simbolização. Por isso, destaca-se a importância do vazio significativo d'A mulher, que se constitui pelas bordas, situando-se no avesso imaginário e simbólico do todo fálico (homens).

Inúmeras também foram as piadas e comentários que minimizaram e questionaram a veracidade das acusações de violência doméstica levantadas por Amber. No livro *Desarrazoadas: devastação e êxtase* (2017, p.94), Miranda lembra que há, para a mulher, “[...] um saber sobre o real que a faz manejar o semblante com uma liberdade inquietante para o homem”. Há uma parte do gozo feminino que não passa pelo Um fálico e permanece fora do simbólico, no real. Ao se posicionar do lado não-todo no quadro da sexualização, sem um significante que defina A Mulher e na impossibilidade de agrupá-las em uma lógica universal, restam às mulheres diferentes formas de violência produzidas socialmente (Miranda, 2017). Para a atriz em questão, o impacto dessa diferença impossível de ser simbolizada resultou no diagnóstico de loucura, no descrédito de sua palavra e em questionamentos constantes sobre seu comportamento, além de uma condenação no valor de 10 milhões de dólares a ser paga ao ex-marido.

A leitura desse episódio permite observar como determinados dispositivos discursivos, associados historicamente à figura da histérica, reaparecem no espaço público contemporâneo. A suspeita sobre a veracidade da fala feminina, a patologização de suas emoções e a tentativa de desqualificar sua palavra reproduzem mecanismos semelhantes aos que marcaram a percepção social da histeria no final do século XIX.

Historicamente, o saber foi majoritariamente destinado ao homem, ao todo fálico. Para acessar esse campo, muitas mulheres recorreram a pseudônimos masculinos ou até ao uso de vestimentas masculinas para serem aceitas no meio intelectual. Nesse sentido, a exclusão feminina do saber também revela a existência de um saber outro atribuído às mulheres, que escapa à lógica fálica dominante (Miranda, 2017).

É possível afirmar que o sexo feminino foi mantido em posição secundária na sociedade e, conseqüentemente, excluído de forma sistemática da esfera pública, como parte de um processo histórico de negação de acesso aos espaços de poder. Mesmo com o direito ao voto e o aumento da participação política, a garantia de ocupação de cargos não se traduz necessariamente em legitimidade, evidenciada pela baixa representação feminina na política (Souto; Sampaio, 2021). Ainda que haja maior presença de mulheres em cargos

eletivos, persistem formas de boicote e deslegitimação de suas vozes no exercício do poder.

Um caso recente que ilustra essas barreiras é o da parlamentar Simone Tebet durante a CPI da Covid-19 em 2021. Essa comissão surgiu em meio às críticas à condução da pandemia no Brasil, marcada pelo aumento de casos e mortes, colapso hospitalar em diversos estados, instabilidade na gestão da saúde e disputas políticas em torno do enfrentamento da doença (Agência Senado, 2021).

Nesse contexto, Simone Tebet destacou-se pela postura firme na cobrança de responsabilidades. Durante um debate na comissão, um ministro da Controladoria-Geral da União dirigiu-se a ela afirmando que “[...] a senhora está totalmente descontrolada”. A fala gerou forte reação entre parlamentares e foi denunciada como expressão de machismo (G1, 2021). Chamar uma mulher de descontrolada em um contexto de manifestação política revela a persistência de desigualdades de gênero e a menor legitimidade atribuída às vozes femininas no espaço público.

Em *O aturdito* (1973), Jacques Lacan afirma que tudo é possível no campo das interpretações, sustentando que a tática analítica é a política do falta-a-ser, correlata à ética do desejo. Nesse sentido, o processo analítico se sustenta na transferência como estratégia que evidencia a inexistência de uma lógica universal do Outro.

Por essa razão, torna-se fundamental considerar que, por trás dos ditos, há um dizer que revela formas sociais de tratamento da mulher. Cabe à psicanálise interrogar essas posições e os atravessamentos discursivos que são frequentemente ignorados ou recalçados.

Por ser hétero e refutar o poder fundador da lei imposta pela lógica fálica, o gozo além do fálico é concebido como o diferente. Nesse sentido, figuras do Outro em oposição ao Um podem ser exemplificadas a partir da democracia grega, na qual o Outro do cidadão era a mulher, o estrangeiro e o escravo. O gozo Outro, não apreendido pela linguagem e situado na ordem do impossível, escapa ao laço social e não se encerra em um discurso fixo.

Daí decorre a constante rejeição, segregação e exclusão daqueles que se encontram do lado feminino nas fórmulas da sexualização (Quinet, 2012). No campo político, essa dinâmica de silenciamento feminino torna-se evidente não apenas pelos números, mas também pelas práticas discursivas e institucionais que atravessam a atuação da mulher na esfera governamental.

CONCLUSÃO

Historicamente, é possível observar a controversa associação de um “estranho feminino” às mulheres. Ao se dispor a ouvir suas pacientes históricas, Sigmund Freud desloca a hegemonia do olhar médico e introduz a contingência do feminino no campo da escuta analítica. Ao contestar o diagnóstico médico e sustentar o que se apresentava para além do visível, ele dá voz a Dora e a tantas outras mulheres, permitindo a emergência de uma palavra antes deslegitimada.

A análise desenvolvida permite compreender que a misoginia não se reduz apenas a um fenômeno histórico ou moral, embora se manifeste nesses registros. A partir da perspectiva psicanalítica, ela pode ser pensada também como efeito da dificuldade do discurso em lidar com aquilo que o feminino introduz enquanto dimensão do não-todo. Ao escapar da lógica universalizante que organiza o campo simbólico, o feminino tende a ser percebido como excesso, desordem ou ameaça, articulando-se frequentemente a processos de deslegitimação e exclusão.

Para a psicanálise, o falo, estabelecido pela linguagem e a partir do qual se estrutura a diferenciação sexual, não se reduz ao órgão anatômico, mas corresponde a um significante determinado pelas normas simbólicas e sociais. Assim, ao se depararem com a castração simbólica, sujeitos situados no lado feminino das fórmulas da sexuação confrontam-se com algo que escapa à lógica fálica: um excesso, um gozo que não se deixa inteiramente simbolizar. Desse modo, tanto a ausência do falo quanto a experiência de um gozo não totalmente regulado pelas normas fálicas articulam-se à problemática da alteridade e à forma como o Outro é percebido na dinâmica social.

Os casos de Amber Heard e Simone Tebet são exemplos contemporâneos de como aquilo que escapa ao campo do dizível e do assimilável pode ser interpretado como alteridade radical. Ao contrariar normas simbólicas estabelecidas, a mulher é frequentemente posicionada em uma lógica de diferença absoluta, rompendo expectativas culturais e sociais. Na impossibilidade de inscrevê-las no todo fálico e diante da dificuldade de lidar com o inapreensível, emergem agressões, descrédito, desvalorização e estigmatização.

De fato, a mulher sempre habitou o imaginário humano justamente por haver nela algo que insiste em não se inscrever plenamente no saber. Enxergar a posição feminina como diferença intolerável suscita debates sobre identidade, poder e representação,

convocando à desconstrução de preconceitos de gênero em direção a uma sociedade mais justa.

Por isso, a psicanálise se apresenta como ferramenta contemporânea para refletir sobre os equívocos e enigmas do discurso, permitindo que as falhas de sentido abram espaço para a reinvenção dos modos de pensar. Nesse sentido, trata-se de uma teoria que inclui o não-dizer e a não padronização como possibilidade de elaboração cultural. Em tempos em que tudo tende a ser nomeado, diagnosticado e mensurado, o feminino aparece como aquilo que resiste à totalização.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, J. *et al.* Para-além da histeria...: o gozo feminino. **Stylus**, Rio de Janeiro, n.38, p.147–153, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2019000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: set. 2023.

CPI da Covid: ministro chama senadora de “descontrolada”, gera tumulto e se torna investigado pela CPI. **G1**, Brasília, 21 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/09/21/ministro-chama-senadora-de-descontrolada-gera-tumulto-e-cpi-suspende-reuniao.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2023.

DEEP V. HEARD. Direção: Emma Cooper. Reino Unido: Channel 4, 2023. Série (3 episódios, 146 min.).

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, N.; MOTTA, M. **Histeria**: o caso Dora. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FREUD, S. (1905 [1901]). Análise fragmentária de uma histeria (“o caso Dora”). *In*: _____. **Obras completas**. v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1906). Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. *In*: _____. **Obras completas**. v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *In*: _____. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FREUD, S. (1933). A feminilidade – Conferência XXXIII. *In*: _____. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FREUD, S.; BREUER, J. (1893–1895). Estudos sobre a histeria. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JORGE, M.; TRAVASSOS, N. **Histeria e sexualidade**: clínica, estrutura, epidemias. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

LACAN, J. (1957–1958). **O seminário, livro 4**: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, J. (1972–1973). **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LACAN, J. (1972). O aturdido. *In*: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, J. (1973). Televisão. *In*: _____. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MIRANDA, E. **Desarrazoadas**: devastação e êxtase. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.

O CAMINHO da CPI da pandemia: da instalação ao relatório final. **Agência Senado**, Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/10/o-caminho-da-cpi-da-pandemia-da-instalacao-ao-relatorio-final>. Acesso em: 2 out. 2023.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SOUTO, L.; SAMPAIO, J. Mulher e voz: os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos. **Sequência**, Florianópolis, v. 42, n.88, e78052, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/fCxWNb3GS3NCntjY3nwZRMR/#>. Acesso em: out. 2023.

TEIXEIRA, A. O feminino entre o fascínio e a difamação. *In*: ANTELO, M. (Org.). **Mulheres de hoje**: figuras do feminino no discurso analítico. Petrópolis: KBR, 2012.

